

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC

UFRGS
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	MATERNIDADE ADOTIVA PRÉVIA: INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS À ADOÇÃO
Autor	ANA KAROLINE SILVA DA SILVA
Orientador	GIANA BITENCOURT FRIZZO

MATERNIDADE ADOTIVA PRÉVIA: INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS À ADOÇÃO

Autora: Ana Karoline Silva da Silva¹
Orientadora: Giana Bittencourt Frizzo¹

RESUMO

A habilitação é uma etapa essencial no processo de adoção, visto que avalia os candidatos e os prepara para o exercício das funções parentais. Essa fase é realizada pela equipe técnica interdisciplinar do Juizado da Infância e Juventude, sendo composta por, pelo menos, um assistente social e um psicólogo. Apesar de ter suma importância para a adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente define apenas diretrizes, mas não critérios específicos que devem ser abordados nesse processo. Os profissionais, desse modo, teriam maior autonomia no processo e no parecer final da habilitação. Porém, aspectos da vida privada e experiências subjetivas, como a maternidade adotiva, poderiam influenciar nas práticas e decisões desses profissionais. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi avaliar se a maternidade adotiva experienciada pelas técnicas judiciárias envolvidas no processo de habilitação influencia na sua prática profissional. Foram comparadas quatro entrevistas de técnicas judiciárias do Juizado da Infância e Juventude: duas do estado do Rio Grande do Sul e duas do estado do Pará, sendo que em cada estado uma das técnicas judiciárias era mãe por adoção. As profissionais responderam uma entrevista semiestruturada como parte de um projeto maior intitulado “Estar apto a ser pai e ser mãe do ponto de vista jurídico”. O delineamento utilizado foi estudo de caso e as entrevistas foram analisadas através da análise temática com auxílio do software Nvivo versão 11. A partir das análises, foi possível perceber que existem certas diferenças nas práticas profissionais das técnicas judiciárias participantes da pesquisa. Dentre essas diferenças estão o que elas pensam ser o motivo pelo qual os candidatos buscam adotar e no peso que elas sentem em situações diversas, como nos casos de destituição do poder familiar. As participantes que são mães por adoção relataram que o processo de destituição do poder familiar é muito doloroso para elas por se colocarem no lugar dos pais que estão perdendo os seus filhos. Em relação especificamente aos processos de habilitação para adoção, as mães adotivas demonstraram grande empatia pelos candidatos e relataram uma tendência a prezar pelo lado destes no processo, o que pareceu ser motivado por sua experiência pessoal. As participantes que não passaram por essa experiência assumem uma postura mais visivelmente em prol da criança, procurando ver o que seria melhor para essa criança em situação de acolhimento. Essa aproximação das técnicas judiciárias com a realidade da adoção pode tornar o processo de habilitação mais acolhedor para os candidatos, mas também, o viés de uma mãe adotiva pode não priorizar aspectos que devem ser considerados importantes na adoção.

¹ Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Junho, 2017.